

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL PARA REALIZAR SEMINÁRIO PARA DISCUTIR O PROGRAMA DE
RESERVA PARA CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA DA
SECURITIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 1998, ÀS 15:00 HORAS.

ATA Nº 037 - "A"

PRESIDENTE - DEPUTADO WILSON SANTOS (*AD HOC*)

1ª SECRETÁRIA - DEPUTADA SERYS SLHESSARENKO (*AD HOC*)

O SR. PRESIDENTE - Boa-tarde a todos.

Senhores e Senhoras, em nome desta Assembléia, declaro aberta esta Sessão Especial, que tem por objetivo a realização de um Seminário, que visa à discussão de um programa de reserva para a conservação ambiental e que, também, tenha como fator amortizador a dívida da securitização dos custeios, investimentos e comercialização dos programas de desenvolvimento.

Convido para compor a Mesa de honra o Exmº Sr. Senador da República, Júlio José de Campos; o Sr. Anton Huber, Presidente do Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Mato Grosso; o Sr. Edson Ricardo, que representa a FAMATO, e é Diretor-Secretário da Entidade; o representante do IBAMA, Dr. Edberto Nascimento, que neste ato representa o Superintendente Dr. Jacob; representando a ADERCO, Associação de Defesa do Rio Coxipó, o Sr. José Abel do Nascimento.

(NESTE MOMENTO, AS AUTORIDADES CITADAS PELA PRESIDÊNCIA TOMAM ASSENTO À MESA DOS TRABALHOS - PALMAS.)

O SR. PRESIDENTE - Registramos, também, a presença do Subsecretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano de Cuiabá, Prof. Douglas Silveira Samaniego; de Amílcar Menezes; do Eng. Agrônomo, Rubimar Barreto Silveira; de representantes de entidades ambientalistas e de sindicatos; do Sr. Francisco Pinto de Alencar que representa, nesse ato, a Delegacia Federal de Agricultura, em nome da Drª Alzira Catunda; do Dr. Reginaldo Amorim, representando o CORECON. Nosso muito obrigado a todos pela presença.

Convido o seletor auditório para, em pé, ouvirmos a execução do Hino Nacional.

(NESTE MOMENTO, É EXECUTADO O HINO NACIONAL).

O SR. PRESIDENTE - Quero agradecer, ainda, a presença do servidor da UFMT, Pedro Celestino de Jesus; de Clauzita Miranda, da INTERMAT; do produtor rural Oscar Cunha Espíndola, de Cáceres; do Presidente do SICREDI, João Carlos Spenthof; do Sr. Antônio Miguel Sabino Filho, do Sindicato Rural de Cáceres; do Sr. Amílcar Menezes; do Prof. da UFMT, Emílio Carlos de Azevedo; da Srª Ana Brígida Figueiredo Cardoso, da USP, pós-graduada em Geografia física, Consultora de Planejamento e Gestão Ambiental; do Sr. Luciano Pinto de Arruda, do Sindicato Rural de Cáceres, de Marlene Oliveira dos Santos, Assessora do Vereador Rinaldo Almeida, do PSB, de Cuiabá.

Agradeço a presença de todos.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA SESSÃO ESPECIAL PARA REALIZAR SEMINÁRIO PARA DISCUTIR O PROGRAMA DE RESERVA PARA CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA DA SECURITIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 1998, ÀS 15:00 HORAS.

Discutir a introdução no Brasil de um Programa de Reserva para Conservação, tendo como fator amortizador a dívida da securitização no custeio, no investimento, na comercialização dos fundos constitucionais FCO, FNO e FNE, FUCAF, PRONAF, PRONAME e outros financiamentos agrícolas do BNDS, é a razão maior da realização desta Sessão Especial, autorizada pelo Plenário desta Casa.

A idéia, que já vem sendo realizada com sucesso em países europeus e de maneira especial nos Estados Unidos, está sendo abraçada por várias entidades ambientalistas no Estado, em especial a ADERCO. Essa entidade ambientalista alega que, ao longo dos últimos trinta anos, a agricultura se apropriou dos recursos naturais de forma desigual. O primeiro impacto ambiental causado pela agricultura é a retirada da cobertura vegetal original, através de desmatamentos, queimadas, ações de agrotóxicos e da agricultura moderna. Tais ações têm vários efeitos adversos sobre o ambiente. Suas principais conseqüências são desastrosas, levando à perda de áreas agricultáveis, redução de oferta de alimentos, assoreamento de corpos d'água, diminuição de peixes, enchentes, dificuldades para navegação, queda do potencial hidroelétrico, perda da camada fértil do solo e muitos outros.

Recentemente, a falência rural brasileira foi evitada com a securitização das dívidas agrícolas, ou seja, com o alongamento das dívidas originárias do crédito rural, transformando em novas operações de refinanciamento no valor global de aproximadamente 7 bilhões de reais, contemplando cerca de 220 mil mutuários em todo o País.

Por outro lado, essa securitização, ao pressionar a intensificação do desmate, declarou o assassinato de recursos naturais brasileiros com vários efeitos negativos na biodiversidade.

A política de subsídios indiretos da União Européia e Americana se contrapõem a isso, onde o Governo efetua levantamento de quanto o proprietário de uma área de mata ou nascente está deixando de ganhar em função de critérios de preservação, pagando-lhe o equivalente à perda verificada. Caso o produtor não queira conservar as áreas, elas são alugadas pelo Governo através desse projeto que, na América do Norte, recebeu o nome de Programa de Reserva para Conservação.

A nossa Agricultura vem sofrendo perdas com os sucessivos planos econômicos, explicitando a necessidade de adoção de uma política agrícola eficiente em que se tenha no mínimo igual condições de renda para os produtores.

As políticas nacionais, contrapondo com as políticas agrícolas adotadas do mundo global, estribada numa agricultura dos perdões, protelamentos e parcelamentos, estão fadadas à falência. Na medida em que a busca do mercado interno e externo enfrenta forte concorrência do subsídio americano e europeu, que em 1996 destinaram nada menos de cinquenta bilhões para a produção primária de alimentos. Atualmente, a posição européia e americana de protecionismo muda de benefícios diretos para preservação do meio ambiente, infra-estrutura básica e assistência técnica.

Quando tivemos uma rápida passagem pela Secretaria de Agricultura e Assuntos Fundiários, num período de aproximadamente seis meses, a nossa curiosidade nos levou a conhecer os tópicos principais da Lei Agrícola Norte-americana.

Naquela oportunidade, nos chamou a atenção um dos itens. Primeiro que lá, Senador Júlio Campos, existe política agrícola com início, meio e fim. A última lei agrícola americana teve início em abril de 1996 e duração até 2002. Então, antes de 2002 o

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA SESSÃO ESPECIAL PARA REALIZAR SEMINÁRIO PARA DISCUTIR O PROGRAMA DE RESERVA PARA CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA DA SECURITIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 1998, ÀS 15:00 HORAS.

Congresso, as entidades e os produtores vão sentar-se novamente e debater uma nova política agrícola para dez, quinze, vinte, trinta anos - o que não há aqui.

A nova lei agrícola americana foi sancionada em abril de 1996 pelo Presidente Bill Clinton e a sua vigência é de sete anos, no período de 1996 a 2002. Caso os Estados Unidos não implantem nova legislação, após 2002, o País será obrigado a adotar a Lei de Ajustamento Agrícola de 1949, volta à última forma, “que continua como legislação permanente e que contempla elevadíssimos preços-suporte.”

A FAIR, como é chamada, devolve a independência dos produtores de tomarem as suas decisões sobre o que produzir e a área a ser plantada. Acaba o programa *set aised*, que obrigava os produtores a deixarem um percentual de suas terras fora de produção.

Foi abolido o preço-meta (*target price*) que era o menor preço que os produtores americanos recebiam pela sua produção.

Os pagamentos de deficiência tendo por base os preços-meta são abolidos. Este instrumento era utilizado pelo Governo americano para pagar aos produtores a menor diferença entre os preços-meta e o preço de mercado, ou entre os preços-meta e o preço de empréstimo (*loan rate*).

Os atuais preços de empréstimos foram congelados pelo prazo de sete anos. São preços de referência para o financiamento de estocagem, com opção de venda, para os produtores de trigo, grãos forrageiros, algodão e arroz. Esses empréstimos também são concedidos, sem opção de venda, para os produtores de leite e para a indústria de açúcar.

Os pagamentos diretos aos produtores independem das flutuações de preços de mercado. Para isso, o Governo Americano orçou US\$ 5,3 bi para 1996; US\$ 6,4 bi para 1997; US\$ 5,8 bi para 1998; US\$ 5,6 bi para 1999; US\$ 5,1 bi para o ano 2000; US\$ 4,1 bi para 2001 e US\$ 4,0 bi para 2002, totalizando US\$ 36,408 bilhões nos sete anos apenas com os pagamentos diretos, excluindo os demais programas.

O Programa de Reserva para Conservação - CRP foi prorrogado para o ano 2000, abrangendo 14,77 milhões de ha. Só para se ter uma idéia, a área agricultável hoje, em Mato Grosso, é de aproximadamente dois milhões e meio, o que representa algo em torno de 10, no máximo 15% de toda aquela extensão agricultável. Nós estamos aí com um desafio enorme ainda para produzir em Mato Grosso.

Neste programa os proprietários americanos transferem terras sensíveis à produção agrícola para uso adequado de conservação, num período que varia de 10 a 15 anos, recebendo aluguel anual para cobrir até 50% dos custos para implantação de cobertura vegetal permanente.

Então, esses são os objetivos da nossa Sessão Especial, e vamos aqui quebrar o Protocolo para que o Plenário possa ter acesso à tribuna, possa participar, trazendo as suas opiniões, as suas contribuições.

O objetivo principal desta Sessão é iniciar aqui em Mato Grosso essa discussão, até porque isso é uma definição de nível nacional, e nós, na condição de Deputado Estadual, não podemos propor projetos de âmbito nacional, e por isso convidamos todos os Senadores, Deputados Federais para virem aqui. Agradeço penhoradamente a presença do Senador Júlio Campos, que se interessou pelo assunto, não mandou representante, veio pessoalmente participar. Até porque, sem dúvida, este é um assunto que ele, como Agrônomo, como ex-governador, como candidato a governador do Estado, como Senador da República, pode muito bem assumir também, se convencido, a defesa desta proposta.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL PARA REALIZAR SEMINÁRIO PARA DISCUTIR O PROGRAMA DE RESERVA PARA CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA DA SECURITIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 1998, ÀS 15:00 HORAS.

É importante colocar que não é uma proposta pronta, acabada, encerrada. É o início de uma discussão que queremos fazer também em vários pólos do Estado, e vamos realizar seminários em Barra do Garças, em Primavera, em Cáceres, em Sinop, em Rondonópolis, em Sapezal, em Alta Floresta, para colher idéias *in loco* dos produtores, dos setores relacionados à produção.

Nossa primeira proposta é que os agricultores brasileiros que securitizaram suas dívidas, ao invés de pagar em moeda real, dinheiro, papel, pecuniário, pagariam em moeda ecológica, isto é, apresentariam aos órgãos competentes um programa de recuperação ambiental nas suas próprias propriedades...

O Sr. Júlio Campos (FALA FORA DO MICROFONE) - E isso é dinheiro também!

O SR. WILSON SANTOS -que é dinheiro também. Vai-se gastar dinheiro vivo para executar isso. Esta é a primeira proposta.

Sabemos que os Estados Unidos levaram muitos anos para chegar a esse nível em que estão, apesar de ser um País mais jovem que o Brasil. A ocupação americana começou no Século XVII, a nossa começou no século XVI, portanto eles são pelo menos um século mais jovem que nós - por incrível que pareça -, mas estão num nível de desenvolvimento, talvez, um século a nossa frente. Eles levaram muitos anos nessa discussão para chegar a uma política agrícola que conseguisse entender que a agricultura precisa crescer, que precisa produzir. O Brasil tem uma vocação extraordinária para o campo. Nós devemos deixar de nos envergonhar e assumir essa vocação agroindustrial brasileira. Foram muitos anos para se chegar a essa harmonia do meio ambiente com a produtividade do campo, seja na área agrícola, seja na pecuária, seja no extrativismo mineral ou vegetal.

Este é um assunto delicado sobre o qual os Senhores e Senhoras aqui presentes não sairão daqui com uma posição fechada, definida, acabada, pois nós estamos apenas iniciando esse processo e, com certeza, levar-se-á meses, talvez anos, para que venhamos a ter, um dia, no Brasil, uma política que garanta a harmonia entre o desenvolvimento no campo e a preservação ambiental. É o que os ecologistas chamam de desenvolvimento sustentado.

Então, com essas palavras, nós damos por aberta esta Sessão, e eu passo a palavra ao Senador Júlio Campos, para que possa usá-la por um período de até vinte minutos.

O SR. JÚLIO CAMPOS - Exm^o Sr. Deputado Wilson Santos, que preside este fórum de debates, Exm^o Sr. Dr. Edson Ricardo de Andrade, Diretor-Secretário da FAMATO, Exm^o Sr. Anton Huber, D.D Presidente da Organização das Cooperativas de Mato Grosso; meu caro José Abel do Nascimento, Presidente da Associação de Defesa do Rio Coxipó; Dr. Edberto do Nascimento, representando o Superintendente do IBAMA; demais autoridades presentes, ecologistas, defensores do Meio Ambiente, agricultores, amigos da Imprensa:

É uma satisfação imensa, Deputado Wilson Santos, participarmos nesta tarde de 30 de abril, na antevéspera do 1^o de maio, que é o Dia do Trabalhador, desta Sessão Especial da Assembléia Legislativa de Mato Grosso, requerida por V. Ex^a, a fim de discutir neste Seminário um Programa Especial de Reserva para a Conservação Ambiental, que tenha como fator amortizador da dívida da securitização dos programas de desenvolvimento, incluindo não só a dívida junto ao Banco do Brasil como a todos os demais órgãos federais, inclusive com os Fundos Constitucionais.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA SESSÃO ESPECIAL PARA REALIZAR SEMINÁRIO PARA DISCUTIR O PROGRAMA DE RESERVA PARA CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA DA SECURITIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 1998, ÀS 15:00 HORAS.

Quando recebi o convite, estava com uma viagem marcada para o Município de Nova Mutum, no final da tarde de hoje, mas como eu cancelei a viagem, fiz questão de vir pessoalmente para trazer ao meu caro amigo Wilson Santos e a toda equipe interessada nesse projeto a minha solidariedade, os meus cumprimentos por essa iniciativa tão inteligente que nasce na Assembléia Legislativa de um Estado pequeno, como é o Estado de Mato Grosso no contexto nacional, mas grande na sua potencialidade e principalmente rico no ecossistema ambiental.

Esse assunto me tocou, porque na Constituinte de 1988, quando tive a honra de representar Mato Grosso, eu, ao lado do Deputado Fábio Feldman e de um grupo grande de Parlamentares, formamos a Frente Parlamentar da Ecologia e nós conseguimos uma vitória muito grande naquela Constituição de 1988. Pela primeira vez, depois que o Brasil teve a sua 1ª Constituição, só na Constituição de 1988 é que nós conseguimos incluir um Capítulo referente ao Meio Ambiente, justamente a partir do Artigo 225 da Constituição Federal incluímos um Capítulo e Artigos referentes ao Meio Ambiente. E um deles, até de nossa autoria, o § 4º, que diz o seguinte: “A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do Meio Ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais”.

Em seguida, agora como Senador, eu tive o privilégio de apresentar um projeto importantíssimo, que muitos de vocês das organizações não-governamentais, ligadas à área ambiental, e a própria Assembléia Legislativa de Mato Grosso receberam e discutiram conosco, que é o Plano de Gerenciamento do Pantanal Mato-grossense. É um Projeto de Lei nosso, que já foi aprovado pelo Senado Federal neste ano, PL nº 80, que já está em debate e deverá ser aprovado, possivelmente ainda neste semestre, na Câmara dos Deputados e sancionado pelo Presidente da República.

Quando eu vi na minha agenda de hoje o convite do Deputado Wilson Santos para esta Audiência Pública, eu me sensibilizei para aqui comparecer pessoalmente, já que estava em Cuiabá, porque este assunto que está sendo discutido na tarde de hoje é de importância nacional. É um assunto cuja discussão, realmente, já se faz até tarde, porque a conservação do solo, do ambiente mato-grossense é muito importante.

Mato Grosso é um Estado rico, com ecossistema amazônico, com a Bacia do Pantanal, com a Bacia do Rio da Prata, o encontro das bacias na região um pouco acima de Cáceres, entre o cruzamento das duas grandes bacias que compõem o ecossistema mato-grossense. Mato Grosso tem a Mata Amazônica, tem a Chapada dos Guimarães, tem o Pantanal Mato-grossense, o nosso Cerrado, a nossa riqueza é muito grande, e não temos tido nenhuma conservação do nosso solo, nenhuma conservação ambiental.

Realmente, quem tem esse golpe de inteligência, de fazer com que o agricultor, que foi recentemente beneficiado por uma Lei que oferece condições para a renegociação da dívida, e que possa transferir, pelo menos, uma grande parte da securitização da dívida para um trabalho de conservação ambiental, merece o nosso apoio. Isso, realmente, é um projeto de prestígio internacional!

Há pouco tempo atrás eu estive em Washington, discutindo com os amigos que tenho no Banco Mundial, no BIRD e também alguns amigos do BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento, e uma das idéias que eles deram, justamente, foi essa. Por que não o Brasil também? Afinal, hoje o mundo já está fazendo isso. Alguns países mais

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA SESSÃO ESPECIAL PARA REALIZAR SEMINÁRIO PARA DISCUTIR O PROGRAMA DE RESERVA PARA CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA DA SECURITIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 1998, ÀS 15:00 HORAS.

desenvolvidos já o fazem. Até mesmo a dívida externa brasileira já está sendo comprada no mercado internacional por organizações não-governamentais, por entidades de classe, para fazer reservas naturais, reserva ecológica. Todos sabem que temos grandes reservas aqui no Brasil que estão sendo compradas e mantidas com recursos internacionais!

E, neste instante em que a Assembléia Legislativa de Mato Grosso, numa gestão inteligente do Deputado Wilson Santos, lança a idéia de transformar a dívida, parte dos recursos - não precisa ser tudo, mas uma grande parte - num projeto dessa amplitude, isso tem que ter o nosso apoio!

Eu vim aqui dizer aos nossos defensores do meio ambiente, aos dirigentes das organizações não-governamentais e principalmente ao Deputado Wilson Santos e demais Parlamentares que lutam por esta causa, que os Senhores terão todo nosso apoio no Congresso Nacional.

Ainda me restam uns sete, oito meses de mandato, até o final do ano, como Senador por Mato Grosso, e estou ao lado dos Senhores nessa luta. Eu gostaria, depois que terminasse este fórum, de receber os subsídios para que nós apresentássemos esse documento na Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados. Por que não também, Deputado Wilson Santos, levarmos esse Seminário lá para Brasília, para o Congresso Nacional, levar às pessoas interessadas nesse assunto e expô-lo na Comissão de Assuntos Econômicos e Sociais do Senado e da Comissão de Meio Ambiente e também de Economia da Câmara? Este é um assunto que abrange vários setores: a ecologia, o meio ambiente e a economia do País!

O agricultor que hoje é consciente sabe o quanto estamos perdendo por falta de conservação do solo. Só agora, nos últimos anos, foi despertada essa consciência no agricultor brasileiro, no agricultor mato-grossense. Mato Grosso já é um Estado potencialmente rico em termos agrícola. Temos um potencial, hoje, uma produção de aproximadamente nove milhões de toneladas de grãos, ocupando apenas 15% do território agricultável de Mato Grosso. Hoje, o Brasil colhe uma safra de 80, 82 milhões de toneladas, e mais de 10% dessa colheita é feita em Mato Grosso. No entanto, só Mato Grosso pode dar toda produção agrícola do País, pois só as terras agricultáveis de Mato Grosso podem produzir mais grãos do que todo o País, hoje, está produzindo. Mas, para que nós possamos fazer essa política de grande produção, nós temos que fazer a nossa política de conservação do solo, de conservação do meio ambiente, de defesa do meio ambiente da agricultura. Podemos conciliar os dois segmentos, podemos ter riquezas da produção e também podemos ter grandes riquezas ecológicas aqui dentro de Mato Grosso. E um Estado como este tem que ser preservado!

Nós estamos recebendo subsídios, já como possível candidato a Governador do Estado, no sentido de implementar uma política ambiental para Mato Grosso. É um setor apaixonante e é um setor rico! É um setor que, sabendo explorar, é muito mais rentável economicamente para Mato Grosso do que a agricultura, do que a pecuária, do que a indústria, porque o número de turistas que quer participar do turismo ecológico, hoje, no mundo, é muito maior do que quem vê praia. O pessoal já está enjoado do turismo de praia, do turismo de museu. Haja espaço e preparo para nós recebermos esses turistas! Aproximadamente, por ano, nós temos cinco milhões de cidadãos com dinheiro, com recursos, desejando fazer turismo ecológico. Se nós conseguíssemos trazer para Mato Grosso um percentual desses turistas que querem ver o turismo ecológico, Mato Grosso faturaria milhões e milhões. Geraria centenas e milhares de empregos no território mato-grossense e

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA SESSÃO ESPECIAL PARA REALIZAR SEMINÁRIO PARA DISCUTIR O PROGRAMA DE RESERVA PARA CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA DA SECURITIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 1998, ÀS 15:00 HORAS.

sem destruir o nosso patrimônio ambiental, sem destruir o nosso patrimônio ecológico, que é uma riqueza que não deve ser só para nós, mas para os nossos filhos, para os nossos netos, para os nossos bisnetos e assim pela frente.

Então, este gesto da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, do Deputado Wilson Santos e dessa Comissão de Ecologistas, de lançar a idéia, de transformar recursos da dívida em projeto de conservação ambiental, é de uma inteligência fora do comum e de uma valia muito importante.

Portanto, nós estamos aqui para trazer a nossa solidariedade a vocês e ao Deputado Wilson Santos, que é uma inteligência rara aqui na nova geração de políticos mato-grossenses. Somos adversários políticos, mas sempre admirei a sua inteligência, a sua capacidade, a sua luta, não só na área política, como também como professor, como profissional e dizer que conte com a nossa solidariedade, o nosso apoio, o nosso trabalho.

Na Bancada Federal de Mato Grosso nós temos a presença do Deputado Gilney Viana, que é um grande Parlamentar, defensor da área ambiental do Estado e chegou até a ser Presidente de Comissão. E Presidente de Comissão na Câmara dos Deputados não é fácil. Quem chega a ser Presidente de Comissão, membro da Mesa Diretora da Câmara e do Senado, é porque tem algum trabalho prestado, algum destaque especial. E o Deputado, naquele volume de 513 Parlamentares, destacou-se nesse setor. Além disso, outros Parlamentares que nós temos estarão somando conosco nessa luta, nessa campanha em defesa do meio ambiente.

Portanto, eu tenho certeza absoluta que no Senado, não só eu como o Senador Bezerra, Senador Jonas Pinheiro, estaremos à disposição dos Senhores como também na Câmara dos Deputados, a nossa Bancada estará pronta para prestigiar idéias como essas que, tenho certeza, nascem aqui em Mato Grosso e que tomarão conta do território nacional. É uma idéia bastante fértil e com ampla possibilidade de ser executada, porque o cidadão, ao invés de pagar essa dívida com recurso, com dinheiro, vai pagar com a conservação, que tem um preço muito maior do que o recurso que o Banco do Brasil, o Governo Federal, receberá de volta dos nossos agricultores.

Portanto, meus parabéns, meus cumprimentos! Conte com a nossa solidariedade e com o nosso apoio (PALMAS).

O Sr. PRESIDENTE - Passo a palavra ao Sr. Edson Ricardo de Andrade, que representa nesta Sessão a Federação dos Agricultores do Estado de Mato Grosso - FAMATO, representando o seu Presidente, companheiro Zeca Dávila.

Com a palavra, o Sr. Edson, que dispõe de 20 minutos para fazer uso da palavra.

Gostaríamos de registrar e agradecer a presença do eterno Senador por Mato Grosso, Sr. Benedito Canellas; do Sr. Ezequiel Inocêncio Barbosa, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chapada dos Guimarães e do Vereador Joel de Oliveira, de Poconé. Obrigado a todos pela presença.

O SR. EDSON RICARDO DE ANDRADE - Sr. Deputado Wilson Santos; Sr. Anton Huber, Presidente da OCEMAT, Organização das Cooperativas de Mato Grosso; José Abel, Presidente da Associação da Bacia do Coxipó; Dr. Edberto do Nascimento, representante do Superintendente do IBAMA; nosso Senador Júlio Campos; demais autoridades, público presente.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL PARA REALIZAR SEMINÁRIO PARA DISCUTIR O PROGRAMA DE RESERVA PARA CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA DA SECURITIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 1998, ÀS 15:00 HORAS.

A FAMATO, como representante legal de todos os produtores rurais do Estado, vê com satisfação qualquer iniciativa de formação de uma política pública para a agropecuária, condizente, consistente e inteligente. E essa iniciativa do Deputado Wilson Santos de utilizar, inclusive, a securitização é de suma importância.

Deputado, vou chegar a dizer que essa idéia de usar a securitização com amortização das dívidas para as reservas legais, como V. Ex^a propôs e explanou, vai, inclusive, viabilizar a securitização. Os Senhores não se enganem, a securitização não está resolvida. Todos nós, produtores rurais, sabemos disso. Então, essa idéia é de suma importância. Eu chego a dizer que poderá viabilizar a securitização, que ainda não está resolvida. Eu só lamento aqui não ter um representante do Banco do Brasil para ouvir a sua explanação e a sua idéia, que eu acho brilhante, e que poderá resolver o problema da securitização dos produtores rurais. Eu volto a dizer e reafirmar que essa idéia é de suma importância!

Então, qualquer idéia nesse sentido de formar políticas públicas agropecuárias é sempre bem-vinda e tem o apoio da FAMATO.

Sobre o potencial de Mato Grosso que o Senador Júlio Campos falou, entendemos que, resolvendo esse problema da securitização, automaticamente, nós produtores rurais iremos responder ao apelo das políticas públicas que terão que ser feitas para o aumento da produção do Mato Grosso.

Gostaria, também, de lembrar aos Senhores e ao Deputado que o homem, o povo, o trabalhador rural, o produtor rural, tudo faz parte do meio ambiente. Portanto, nós não podemos nos esquecer do homem, que é um componente, quicá o mais importante do meio ambiente.

Políticas públicas, por exemplo, do algodão, que nós estamos vendo hoje aqui no Mato Grosso, são muito importantes também no meio ambiente, fazem parte do meio ambiente. Então, se nós equacionarmos a situação do algodão, dos produtores de algodão, dos trabalhadores do algodão, nós estaremos equacionando o problema do meio ambiente.

O Mato Grosso, os Senhores sabem, teve maior estímulo para a cultura do algodão esse ano, então passou de 50 para 117 toneladas, um aumento de 140% na produção de algodão, e chegando, segundo a CONAB, a ser o primeiro produtor de algodão do Brasil.

Isso é uma coisa espetacular para um Estado eminentemente agropecuário como o nosso. E isso sem resolver o problema da securitização! Daí a importância dessa idéia do Sr. Deputado, de incluir nessa proposta de meio ambiente o problema da securitização.

Vimos também hoje, inclusive aqui na Capital, a falta de política pública para o setor leiteiro, uma Capital belíssima como Cuiabá não tem Cinturão Verde!

O Sr. PRESIDENTE - Edson, um momento, por favor.

Gostaria de convidar para compor a Mesa conosco, a Deputada Serys Slhessarenko.

(A SR^a DEPUTADA SERYS SLHESSARENKO OCUPA UM LUGAR JUNTO À MESA DOS TRABALHOS)

O SR. PRESIDENTE - Continua com a palavra, o companheiro Edson Ricardo, da FAMATO.

O SR. EDSON RICARDO - Então, no caso do leite, que é um componente também do meio ambiente, os produtores de leite, as bacias leiteiras, principalmente o Cinturão Verde de Cuiabá, tudo faz parte do meio ambiente. E o que nós estamos vendo, hoje? O preço da mussarela, um quilo de mussarela para o consumidor sai por sete reais o quilo, e o

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL PARA REALIZAR SEMINÁRIO PARA DISCUTIR O PROGRAMA DE RESERVA PARA CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA DA SECURITIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 1998, ÀS 15:00 HORAS.

preço do leite, para o tirador de leite, é de dezoito centavos! Então, há uma diferença muito grande. O que acontece? Não há formação do Cinturão Verde e, conseqüentemente, não há segurança alimentar, e segurança alimentar é meio ambiente. É exatamente sobre o que nós estamos falando aqui.

No caso do soja, os Senhores, também, estão sabendo que o preço médio, hoje, está em torno de 10 reais. Culpo a falta de uma política pública mais globalizada, mais estratégica que, também, esteja mais diretamente ligada ao produtor rural mato-grossense.

Eu quero lembrar aos Srs. Parlamentares que o Mato Grosso já é o segundo produtor de soja do Brasil, todo mundo sabe, não é novidade, a produtividade nossa é maior que a americana. Para isso, os tratos culturais e os tratos de conservação das lavouras são extremamente elevados, são de última geração. Nós somos altamente tecnificados, tanto no soja, como no algodão. E, para se ter uma produtividade dessa, é preciso aplicar todos os recursos de conservação de solo. Portanto, os produtores do Mato Grosso são altamente conservacionistas.

E, por último, para encerrar essa parte de meio ambiente, quero lembrar que alguns produtores dessa região Oeste, da Grande Cáceres, estão tendo as suas propriedades, as suas reservas legais de madeiras, suas reservas legais de florestas, invadidas por pistoleiros, por invasores, que retiram suas madeiras, retiram tudo das reservas legais, atingindo frontalmente o meio ambiente. E segurança e proteção de propriedades rurais são inerentes à Secretaria de Segurança Pública.

Portanto, Deputado Wilson Santos, tudo isso faz parte de um contexto do meio ambiente, e a FAMATO está aqui para apoiá-lo e achou a iniciativa de V. Ex^a extremamente feliz e, volto a afirmar, se V. Ex^a levar isso para frente, V. Ex^a poderá, inclusive, levantar a bandeira de viabilizar a securitização que, muito pelo contrário, não está resolvida. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE - Passamos a palavra, agora, ao Sr. José Abel Nascimento - Presidente da ADERCO.

O SR. JOSÉ ABEL NASCIMENTO - Senador Júlio Campos, agradecemos imensamente a sua presença para atender o convite especial, tanto por parte da Assembléia Legislativa, como também da nossa Entidade ADERCO; Deputado Wilson Santos, autoridade máxima, nesse momento, que dirige essa Sessão Especial; representante da FAMATO; Sr. Anton Huber, que representa a OCEMAT; Sr. Edberto do Nascimento, representando o Superintendente do IBAMA, Dr. Jacob; companheiros ambientalistas, Deputada Serys Slhessarenko, Imprensa:

Neste momento, nós estamos contentes, Senador Júlio Campos, porque para nós isso é uma iluminação Divina o que o senhor colocou sobre a inteligência do homem mato-grossense em pensar um projeto de tamanha grandeza.

Contrapondo a idéia de muitos de que nós somos radicais e de que, às vezes, o ambientalista não se preocupa com a agricultura, mas apenas em preservar e conservar os recursos naturais, eu quero dizer que o mais importante de tudo é o equilíbrio e a harmonia que possa reinar entre os dois setores. É isso o necessário!

Eu como arroz, feijão e batata e não posso execrar, discriminar o produtor rural em nenhuma hipótese. Eu tenho que ajudá-lo, tenho que procurar mecanismos para ajudá-lo, porque o campo depende da cidade, tem que haver uma interação entre o campo e a cidade, o que geralmente não ocorre. A gente pensa grande, pensa espiritualmente.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA SESSÃO ESPECIAL PARA REALIZAR SEMINÁRIO PARA DISCUTIR O PROGRAMA DE RESERVA PARA CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA DA SECURITIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 1998, ÀS 15:00 HORAS.

Esse projeto não é invenção nossa, Deputado Wilson Santos, Senador Júlio Campos, representante da FAMATO, nós apenas estamos pensando no chamado desenvolvimento sustentado. É isso que precisa ser feito.

Recentemente viajando pelo interior, a convite de companheiros, para a elaboração de projetos do PADIC, despertou em mim essa curiosidade. Nos deparamos com áreas degradadas de tal forma que nos veio um pensamento imediato: a política de assentamento de forma irracional, a política do assentado, que foi realizada neste Estado e no País levou as nossas reservas ao caos.

Então, hoje, nós corremos o risco de ter daqui a mais alguns anos o chamado novo êxodo rural. E que êxodo rural é esse? Êxodo rural haja vista que as terras vão se tornar áreas improdutivas.

Eu estava assistindo a um documentário de projeção científica, onde mostrava que em 2002 poucas reservas vão existir no mundo, que as terras americanas estarão 99% salinizadas e que as fronteiras da Europa não existirão mais. Então, os conflitos agrários, os conflitos humanos vão ser de tal forma que irão gerar uma grande catástrofe humana na terra.

Nós fomos detentores das mais ricas reservas, do maior recurso hídrico e natural do mundo. E, hoje, se fala numa chamada internacionalização da Amazônia, e já existe até essa chamada internacionalização branca, isto é estão vendendo nossas terras para o exterior.

Ontem, a WWF comprou duas áreas no Brasil, uma, na Amazônia, e a outra, no Rio de Janeiro. Então, a Fundação *Konrad Adenauer*, uma Fundação alemã colocou isso como moeda, o verde é como uma moeda, e denominou de moeda ecológica. E fez um inventário aproximado de nossas terras, que poderiam ter o valor de um trilhão de dólares. O que significa isso? Significa que nós temos um grande potencial em nossas mãos. A política agrícola implementada no País é uma política de arrocho, uma política que leva o produtor rural ao caos. A política européia não é também a política do protecionismo como até pouco tempo foi a dos subsídios, assim como a americana. Hoje, eles querem um novo mecanismo, que é chamado nos Estados Unidos de reserva para conservação. O cidadão que é obrigado por força de lei a preservar as suas áreas, as nascentes, as áreas de preservação permanente, ele recebe por elas um valor, ele recebe por essas áreas. O produto americano, como outro produto, tem o mesmo valor que o produto brasileiro. E lá existe o subsídio, lá existe o retorno, o trabalho do Governo, a política do acompanhamento ao produtor rural. Enquanto nós aqui estamos “indo para o pau”.

Por isso, nós apresentamos ao Deputado Wilson Santos esta proposta para que ele levasse essa idéia pelo Estado de Mato Grosso, através da FAMATO, da FETAGRI, dos sindicatos rurais em geral, para que fosse discutido e rediscutido todo o seu conteúdo dentro do Estado, em todos os setores, através de seminários, reuniões, para que pudesse amadurecer mais essa idéia e, a partir daí, nós pudéssemos ter uma agricultura ecologicamente viável. Nós não estamos inventando nada. Estamos antevendo uma situação que daqui a alguns anos estará instalada se não cuidarmos agora, e nós também sofreremos na pele o que estão sofrendo hoje a Europa, os Estados Unidos por não ter terras, áreas, e estão comprando o Brasil para preservar, para conservar.

Então, vamos abrir o olho, vamos vestir, sim, os direitos internacionais aqui no Brasil, mas de forma coerente, e racional.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA SESSÃO ESPECIAL PARA REALIZAR SEMINÁRIO PARA DISCUTIR O PROGRAMA DE RESERVA PARA CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA DA SECURITIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 1998, ÀS 15:00 HORAS.

Agradecemos, Sr. Deputado Wilson Santos, a presença do Senador Júlio Campos, e nós queremos, Senador, que V. Ex^a viabilize essa proposta em nível de Senado, porque com certeza essa não é a aspiração apenas de Mato Grosso, essa é a aspiração do povo brasileiro. O nosso muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE - Nós passamos agora a palavra ao Sr. Anton Huber, Presidente da OCEMAT aqui no Estado de Mato Grosso e também Presidente do Sindicato, representando todas as Cooperativas do Estado de Mato Grosso. O Senhor tem até vinte minutos para fazer seu pronunciamento.

O SR. ANTON HUBER - Exm^o Sr. Deputado Wilson Santos, Exm^o Sr. Júlio Campos, Exm^a Deputada Serys, Exm^o Sr. Edson, que representa a FAMATO, Exm^o Sr. José Abel, que representa a Associação de Defesa da Bacia do rio Coxipó, Exm^o Sr. Dr. Edberto do Nascimento, e todos que se fizeram presentes por se interessarem pelo meio ambiente onde o ser humano vive dentro de um contexto do ambiente da natureza.

Por experiência própria eu posso lhes afirmar que é perfeitamente possível uma exploração econômica na propriedade rural, convivendo pacificamente num equilíbrio harmônico com o meio ambiente. Eu nasci em uma pequena propriedade agrícola, meu pai tinha catorze hectares de terra, onde tinha vacas leiteiras, onde tinha culturas anuais de cereais, batatas e outras coisas, onde tinha pomares e onde também tinha uma parcela da propriedade que era mata, uma mata milenar, mas dentro de um manejo florestal proporcionava dois, três mil dólares de recursos, de receitas anualmente, quer dizer, se fazia esse manejo, tirando a madeira que estava no ponto e podia ser derrubada sem prejudicar o sistema de vegetação das variedades que estavam sendo cultivadas. Tinha também uma supervisão para que ninguém fosse ferir esse ciclo de vegetação. Essa propriedade tinha catorze hectares, dos quais, mais ou menos, três hectares eram matas preservadas desde tempos imemoriáveis. E se usava o esterco do gado, o cerume, e havia uma excelente produtividade com tudo isso. Eu sei que em terras de extensão maior é muito mais complicado fazer uma exploração desse tipo, mas também prova, de um lado, que com tecnologia moderna a gente realmente pode explorar a terra para que dê um retorno econômico para o proprietário ou arrendatário, e de outro lado que se pode muito bem preservar aquilo que tem que ser preservado, e não só a curto prazo, mas a médio e longo prazo.

Eu quero chamar a atenção para um fato que ocorre entre nós, que é o problema da preservação de matas, que precisa de uma política própria nesse sentido. Temos visto derrubadas de enormes extensões, sem planejamento nenhum para preservar faixas protetoras como quebra-ventos, em que seria preciso realmente manter uma certa distância, de acordo com um planejamento, dentro da topografia existente para a preservação. Geralmente fica uma reserva lá no canto da fazenda, e depois dá-se um jeito de acabar com aquilo também. Embora eu reconheça que hoje a lei ambiental existente é bastante rigorosa e está sendo usada com muito rigor, muitas vezes contra pequenos faltosos, contra pecadores veniais, sendo que por grandes abusos não se responsabiliza as pessoas. Isso também tem que ser visto. Às vezes se põe uma pessoa na cadeia por causa de uma coisa que ela precisava até para sua sobrevivência.

Também eu quero chamar a atenção sobre o que um dos palestrantes aqui, o Sr. Abel, já falou. É sobre o cerrado e, de outro lado, a terra cultivada. No cerrado, nós sabemos que essa ocupação territorial, para incorporar essas terras na produtividade, tem

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA SESSÃO ESPECIAL PARA REALIZAR SEMINÁRIO PARA DISCUTIR O PROGRAMA DE RESERVA PARA CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA DA SECURITIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 1998, ÀS 15:00 HORAS.

trazido muito sucesso e muito ganho econômico sim, mas de outro lado tem trazido enormes problemas, na terra cultivada principalmente. Eu sugiro que seja levado em conta, levando essa excelente idéia proposta pelo Deputado Wilson Santos, esse recurso, como também o Sr. Edson muito bem mencionou, e que se tenha uma atenção especial nessas áreas de preservação, preocupando-se com a construção das Bacias Hidrográficas, para que acabe com a erosão dentro das lavouras, para que se faça também o plantio direto que mantém esses canais ativos que absorvem a água e isso evita, e muito, a erosão. Quer dizer, a gente pode ter uma exploração econômica de primeira, convivendo com a preservação adequada.

Eu teria mais uma coisa, mas para não me estender muito... O pequeno agricultor, aquele que se endividou, que muitas vezes não tem título de propriedade, por isso não tem acesso ao crédito, quer dizer, ele não vai se beneficiar com os benefícios de eventual aplicação de incentivos mediante o retorno da securitização. Precisaria, dentro desse contexto, ser estudada uma forma para que ele também tenha essa possibilidade, ao lado de uma educação ambiental, uma conscientização, para que ele explore da melhor forma, com tecnologia moderna, aquele mesmo serviço braçal, mas para que ele não se veja obrigado a agredir a reserva que ficou ali, porque, muitas vezes, quando vê o estrago feito, já é tarde.

Portanto, teria que ser feito um estudo profundo, objetivando ajudar esse pequeno proprietário. Foi falada uma coisa, por exemplo, poderia usar essa terra como garantia, como um Fundo de Garantia, eu acho que um Fundo de Aval. Eu acho essa idéia muito boa, mas é preciso ver se ela condiz com a legislação que nós temos hoje a observar, se isso é possível dentro dessa visão. Nós precisamos também que não se use simplesmente por comodidade essas reservas, de repente, nós temos alguns que, de uma forma parasitária, vão usar esse tipo de favor.

Então, eu só quero dizer com isso que é muito importante que seja feito um estudo bastante aprofundado, realmente, como o Senador Júlio Campos, já até se entusiasmando pela idéia, bem colocou da importância que tudo isso tem no crescimento e desenvolvimento do Estado.

O equilíbrio somente mediante a lei não será possível. É preciso ter a compreensão, a educação das pessoas para que elas compreendam, entendam como isso é importante para que cada um faça o possível para que ele comece a gostar da natureza, para que ele não veja mato somente como algo degradante, pensando que tudo que é mato tem que ser erradicado! Tem que começar a aprender a ter amor à natureza, para que ele saiba preservar uma árvore até para as futuras gerações.

Finalizando, eu quero parabenizar o Deputado Wilson Santos por essa iniciativa, seus colaboradores, todos os ambientalistas, todas as pessoas ativas na Economia e na Política para que fechem o círculo num esforço comum (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE - Solicito à ilustre Deputada Serys Slhessarenko que assuma a direção dos trabalhos.

(A SR^a DEPUTADA SERYS SLHESARENKO ASSUME A DIREÇÃO DOS TRABALHOS ÀS 16:44 HORAS)

A SR^a PRESIDENTE - A Presidência agradece a participação do Sr. Anton Huber e passamos a palavra ao Dr. Edberto Nascimento, representante do Superintendente do IBAMA.

O SR. EDBERTO NASCIMENTO - Exm^o Sr. Deputado Estadual Wilson Santos; Exm^o Sr. Senador da República Júlio José de Campos; Sr. Edson Ricardo de Andrade, Diretor-

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL PARA REALIZAR SEMINÁRIO PARA DISCUTIR O PROGRAMA DE
RESERVA PARA CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA DA
SECURITIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 1998, ÀS 15:00 HORAS.

Secretário da FAMATO; Sr. Anton Huber, Presidente do Sindicato das Organizações das Cooperativas do Estado de Mato Grosso; Sr. José Abel do Nascimento, Presidente da Associação em Defesa do Rio Coxipó; Ex^ma Sr^a Deputada Serys Slhessarenko; Senhoras e Senhores.

Nesta oportunidade, como representante do IBAMA nesta reunião, louvamos a atitude do Deputado Wilson Santos, e devo dizer que o IBAMA compartilha com todas essas colocações - como muito bem foi colocado pelo Senador Júlio Campos - de que Mato Grosso é um Estado tipicamente agropecuário e vê no seu ecoturismo a grande chance do desenvolvimento deste Estado. Não foi por acaso que este ano o IBAMA, em Brasília, criou, antevendo esse desenvolvimento do ecoturismo no Brasil, um núcleo destinado exatamente a trabalhar com o ecoturismo. Os setores que utilizam o extrativismo vêem o IBAMA como um inimigo. Pelo contrário, o IBAMA não vê os madeireiros, os garimpeiros e outros extrativistas como seus inimigos e sim como companheiros de preservação. Como foi bem citado - invoco mais uma vez o Senador Júlio Campos - o Art. 225 da Constituição Brasileira, em que diz o seguinte: "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações." Assim sendo, cada setor tem a sua parcela de responsabilidade.

E, este projeto que ora o Deputado Wilson Santos aqui apresenta, diante da sociedade, vemos com bons olhos, principalmente como foi elencado pelo Senador, que se comprometeu em dar apoio no Senado Federal.

Ele, que é candidato ao Governo do Estado de Mato Grosso, tem interesse sim no desenvolvimento deste Estado, tanto da parte agropecuária quanto da parte do ecoturismo.

Assim sendo, há um interesse muito grande em que esse assunto seja invocado em esferas superiores, seja engajado pelo maior número de interessados, como aqui estamos vendo os representantes da OCEMAT, da FAMATO, que são os setores ligados diretamente à produção agropecuária do Estado de Mato Grosso. Não tenhamos dúvida de que, realmente, é um projeto que demanda algum tempo, demanda ainda algumas incursões por parte da sociedade interessada, por parte de toda sociedade mato-grossense. É um projeto ousado, é um projeto bastante inteligente por parte de um Deputado.

Era o que tínhamos a esclarecer nesta oportunidade. Muito obrigado!
(PALMAS)

A SR^a PRESIDENTE - Nós estaremos, agora, abrindo a palavra aos participantes que se encontram no plenário, pedindo apenas que cada um que se dirigir ao microfone, por favor, faça a sua identificação nominal, para que fique registrado nos Anais desta Audiência Pública.

Está aberta a palavra, podendo se dirigir com perguntas, inclusive aos participantes da Mesa, é óbvio, ou colocando seus posicionamentos, conforme queiram.

O SR. PEDRO CELESTINO DE JESUS - Boa-noite, Senhoras e Senhores.

Meu nome é Pedro Celestino de Jesus. Eu cheguei a Mato Grosso no ano de 1988. Eu sou compositor e me tornei compositor mato-grossense por abarcar todas as situações, tanto boas como difíceis, do Estado de Mato Grosso, porque estava no começo da carreira. Então, comecei a compor músicas. Faço Faculdade de Música e de Francês na UFMT, com muita dificuldade, e sou funcionário de lá, também. Moro num bairro pobre, chamado Jardim Vitória. A minha preocupação continuou. Lá, nós fundamos uma Associação para dar

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL PARA REALIZAR SEMINÁRIO PARA DISCUTIR O PROGRAMA DE
RESERVA PARA CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA DA
SECURITIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 1998, ÀS 15:00 HORAS.

assistência às meninas que ficam nas ruas e que, certamente, irão ficar grávidas e não terão uma profissão. E os garotos também.

Essa preocupação foi se expandindo cada vez mais e fiz mais de duzentas composições. Agora que eu tenho condições técnicas de colocar essas composições no papel, graças à UFMT, no curso de Educação Artística, habilitação em Música, de colocar o que o baixo vai fazer. “Não, eu quero que o baixo faça isso. Está indo mais forte. O trompete, assim, assim.” E daí fui compondo música preocupado com a ecologia, sem ter a preocupação se iria ter uma renda. Não! Não estou preocupado com isso, não. Se um dia esse disco for gravado... E a minha vinda aqui é por causa disso. E eu me sinto feliz por sentir que estou integrado no assunto do verde.

Eu fiz um projeto e o levei para a Secretaria Estadual de Cultura, que o aprovou. Passou na primeira sessão e na segunda. Mas, acontece que eu não tenho dinheiro para fazer o disco. E para se fechar um contrato com o empresário não basta apenas ter o projeto e dar para o empresário, através da Lei “Hermes de Abreu”, fazer o repasse. Não é bem assim! Tem que ter um tráfico de influência. Tem que ter alguém que tenha força e que dê um empurrão e diga: “Não, você, realmente, tem um trabalho comprometido”.

Uma vez eu conversei com a Deputada Serys Slhessarenko e disse a ela: “Deputada, eu sou um elemento comprometido. Não tenho partido político”. Onde as portas estão abertas, eu entro para escutar. Eu sou um pesquisador, e eu tenho muita preocupação com a vida e com a arte. E esse disco sendo gravado, esse dinheiro vai ser gasto com egoísmo? Não! Eu sou uma pessoa altruísta, eu sempre fui isso. Eu não sou um cara bonzinho. Bom é Deus. Aliás, Deus não é bom e nem mal, ele é justiça. Como eu, um ser inferior, vou ser bonzinho? Eu sou preocupado com o ambiente em que vivo.

Temos o problema do lixo. No disco eu falo do lixo, das meninas do “grilo.” Eu faço músicas para aquelas meninas, mas não é uma música dizendo que as meninas do “grilo” são gostosas, nem bonitas. Elas estão com gripe, com uma ferida na perna. Eu falo é isso. Eu sou um cara sério. Meu trabalho é sério.

Caso os Senhores se simpatizem com esse trabalho, eu tenho um CD com três músicas, chamado Demo, que é para o empresário ouvir em casa, com calma, e ver se vale a pena ou não. Eu tenho as letras das músicas. São dezessete músicas. Eu tenho compostas mais de duzentas músicas, mas eu não vou colocar todas no CD, somente as dezessete músicas. São músicas bem selecionadas, preocupadas com a vida rural, com o lado da educação, com o problema do menino de rua. Se eu ganhar esse dinheiro, uma parte vai ser reservada para trabalhar com meninos de rua. Já fiz uma reunião na UFMT com segmentos de vários cursos, como de Direito, de Enfermagem, de Arte, historiadores, para tratar desse assunto e conseguir um espaço da Casa de Tombamento para a mesma poder fazer esse trabalho com os meninos de rua, porque se não cuidarmos dos meninos de rua eles vão aumentar. Eles estão ficando cada vez mais atrevidos, furando as pessoas com faca, no ponto de ônibus...

Então, você fica estressado com tudo. Se ali tem um guri, você tem que olhar para trás, pois ele vai enfiar a faca, vai dar pedrada. Estão tomando até óculos de grau... Já pensou tomar um óculos de grau? Eles não têm noção do mal que estão fazendo, a pessoa não vai se locomover mais. Você tem que andar assim, ou correr um pouquinho. Está errado! Ninguém faz isso.

Então eu disse: Vou lá falar com meus amigos. Olha a situação está séria, vamos fazer uma cultura, uma arte em volta do País. Aí dizem: “Mas, Pedro, nós não temos

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL PARA REALIZAR SEMINÁRIO PARA DISCUTIR O PROGRAMA DE RESERVA PARA CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA DA SECURITIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 1998, ÀS 15:00 HORAS.

dinheiro”. Ora, eu vou atrás do dinheiro. O projeto já foi aprovado. E, se os Senhores me ajudarem, não vão se arrepender...

Eu não sei a quem me dirijo... Eu sei que aqui dentro tem empresário voltado para esse assunto da terra, da vida, da tecnologia, etc. Eu tenho um trabalho sobre isso e estou preocupado com isso. E esse dinheiro que eu ganhar será para cuidar das pessoas. Muito obrigado!

A SRª PRESIDENTE - Obrigada ao Senhor.

Passamos a direção dos trabalhos ao Deputado Wilson Santos.

(O SR. DEPUTADO WILSON SANTOS REASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 16:54 HORAS).

O SR. PRESIDENTE - Obrigado, Deputada Serys Shessarenko.

Continua aberta a palavra aos presentes, por um período de três minutos.

Com a palavra, o Sr. José Carlos, ex-estudante de Agronomia, onde passou dezesseis anos e não conseguiu concluir o curso. Curso bem feito é assim! Ele também foi representante no CONSEMA, durante um determinado período, é nosso Assessor aqui na Assembléia, e é uma das pessoas que está conosco estudando e trabalhando essa idéia, levando adiante essa proposta.

O SR. JOSÉ CARLOS - Eu gostaria de anunciar a presença do técnico da TECNOMAPAS Geoprocessamento, Sr. Rubimar Barreto Silveira e pedir mais de três minutos para ele fazer uma exposição interessantíssima sobre imagens de satélite e como ela pode ser usada para fiscalizar áreas de conservação ou áreas degradadas.

O SR. RUBIMAR BARRETO SILVEIRA - Deputado Wilson Santos, demais autoridades, amigos, colegas:

Essa idéia, dentre as que nós temos visto ultimamente, é uma das mais práticas e mais eficientes, pela sua forma efetivamente eficaz. Pelo que entendemos, a reserva legal, aquela que simplesmente fica no papel, aquela que é averbada às vezes de forma simplesmente a cumprir um ritual para se obter uma autorização de desmate, passaria, finalmente, a compor patrimônio natural das nossas terras.

Nós vamos fazer uma observação sobre um aspecto que está na mídia, na moda, que se ouve em todos os jornais em nível nacional.

Vejam bem, estaremos falando dos sem-terras, estaremos falando da Reforma Agrária.

A Reforma Agrária vem solucionar um grande problema sociocultural. Vem resolver, realmente, o problema de uma população que está marginalizada, há muitas décadas. Porém, nós temos o dever de observar que a solução de um problema sociocultural não pode causar um problema muito maior, que é um problema ambiental.

Temos observado que o grande comprador de terras na Nação chama-se Governo Federal e INCRA. E vamos observar que o INCRA, comprando essas propriedades e parcelando-as, coloca-as na mão dos agricultores, para que estes venham a transformá-las em propriedades produtivas.

Vejam bem, se o INCRA compra as propriedades e as transfere para o patrimônio particular, por que depois terá que correr atrás, vamos dizer, para que venham a ser resguardadas as reservas legais?

Nós temos uma proposição que gostaríamos que fosse levada a nível estadual e nacional. Sugerimos que nos projetos de assentamento, tanto em nível estadual, que são feitos em cima das terras ainda devolutas do Estado de Mato Grosso, quanto das terras que são

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA SESSÃO ESPECIAL PARA REALIZAR SEMINÁRIO PARA DISCUTIR O PROGRAMA DE RESERVA PARA CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA DA SECURITIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 1998, ÀS 15:00 HORAS.

adquiridas pelo INCRA e o Governo Federal, tanto num caso como no outro, seja transferida aos clientes da Reforma Agrária somente a parte agricultável legal e prática. Por que deverá o Governo Federal transferir o domínio e a posse para depois pedir de volta?

Então, que já seja resguardada tanto a propriedade quanto a entrega da posse da reserva legal, muito além da preservação permanente, da reserva legal. Esta reserva legal faria parte do patrimônio nacional e não mais do domínio particular. Essa é uma sugestão que nós gostaríamos que ficasse anotada como uma das primeiras sugestões nesse Seminário.

Em segundo lugar, nós, estudando o impresso, observamos que a proposição inicial, talvez, é aquela em que o Governo estará pagando uma espécie de arrendamento, ou uma indenização pelo não plantio. Gostaríamos que isso fosse ampliado para as seguintes outras hipóteses: tanto na securitização, quanto em qualquer outro acordo que seja feito com os Governos Estaduais ou Federal não apenas o arrendamento fosse colocado como hipótese, mas também a transferência definitiva, ou seja, a escrituração e a entrega do domínio da posse para os Governos Estaduais e Federal em troca das dívidas que estão proteladas ou que precisam de acerto.

A terceira hipótese seria a escrituração e a transformação dessas áreas em RPPN's, que são Reservas Particulares do Patrimônio Nacional. Estamos vendo como exemplo, e exemplo gratificante, uma série de áreas dentro do nosso Estado de Mato Grosso sendo transformadas em reservas e algumas grande. Temos o exemplo do SESC Pantanal, que é uma entidade particular, que recentemente averbou 90 mil hectares como patrimônio particular. Isso é bonito! Isso é lindo! Isso é gratificante! Isso estará preservado para sempre e os nossos filhos verão.

Deputado, nós estamos representando um segmento tecnológico que torna tudo isso que nós estamos falando em aspecto prático.

Eu trouxe alguns mapas, porém, mostrarei apenas dois e esses dois municípios que estarei mostrando, apesar de que neste ambiente fica um pouco longe, mas mesmo assim dá para perceber aquilo que eles já foram e aquilo que ainda é possível preservar.

(NESTE MOMENTO, O ORADOR EXPÕE OS MAPAS AO AUDITÓRIO)

Nós estamos aqui com o Município de Jaciara, localizado a 70 km de Cuiabá, que já possui uma área agricultável, em torno de 50% do município, completamente aberta. Em alguns locais não há nem mesmo a preservação permanente, aquela faixa de 30m que agora é de 50m, nem esta está preservada, muito menos os 20% e os 50% da reserva legal. (APONTADO PARA OS DADOS DO MAPA) Aqui, as medidas deverão ser outras. Teremos que recuperar a reserva legal e a preservação permanente, e, aqui, serão gastos milhões de reais para que voltemos a ter aquilo que retiramos da natureza.

Neste momento, estamos fazendo em Sapezal, a pedido do Prefeito André Maggi - parece-me que é amigo particular do Deputado - um levantamento cadastral das propriedades para identificar não só a preservação permanente como a reserva legal e fazer um planejamento adequado para que o Município atinja exatamente o ponto de equilíbrio.

Então, vejamos: este é um Município que está em certas regiões atingindo o limite das suas aberturas, embora ainda existam regiões virgens. A finalidade desse trabalho, naquele Município, torna-se louvável, pois é a de realmente planificar o equilíbrio entre a produção e a preservação.

A tecnologia, hoje, dos satélites, aliada aos programas evoluídos, práticos e eficientes, a tecnologia da informática permite que nós olhemos de cima tudo que está

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL PARA REALIZAR SEMINÁRIO PARA DISCUTIR O PROGRAMA DE
RESERVA PARA CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA DA
SECURITIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 1998, ÀS 15:00 HORAS.

acontecendo a qualquer momento aqui em baixo. Essa tecnologia não tem endereço, mas o endereço dela é aquele no qual nós a colocamos. Esse trabalho está disponível em Cuiabá, uma empresa genuinamente cuiabana, que está ao nosso dispor.

Este trabalho ficará no gabinete do Deputado Wilson Santos para viabilizar qualquer tipo de empreendimento às associações, aos municípios, às cooperativas, aos companheiros, aos colegas. Ao meu amigo da Associação do Rio Coxipó, eu quero convidar para ir até a empresa para receber um presente, que é o mapa da Bacia do Rio Coxipó, cujo cliente foi o IBAMA, o Serviço do Parque Nacional.

Mais do que nunca é chegado o momento de nos conscientizar de que, realmente, se nós não guardarmos, conservarmos esta nossa terra, esta nossa árvore, esta nossa água, esta nossa natureza, o nosso Estado e a nossa cidade, nossos filhos não verão aquilo que nós vemos hoje. Não temos mais, infelizmente, a nossa querida praia de Santo Antônio.

Eu cheguei há dezenove anos atrás e toda época de temporada, que era a abertura da Praia de Santo Antônio, toda Cuiabá estava lá. Cuiabá estava lá para assistir o primeiro vôo de ultraleve na abertura da temporada de praia. Nós víamos nossas mulheres bonitas, de biquíni, andando por aquelas praias limpinhas, gostosas. Nós víamos o peixe abundante e, hoje, nós só vemos a bandeirinha vermelha da FEMA. E o que é isso? Isto vem exatamente do desmatamento das cabeceiras do Rio Cuiabá e do esgoto que é lançado diretamente sobre as águas do Rio. Hoje, nós estamos perdendo o Rio Cuiabá, mas nós podemos reverter isso, voltar, recuperar e preservar. Preservar é mais importante do que recuperar!

Eu louvo esta atitude digníssima dessa cabeça brilhante do colega Wilson Santos, queremos dizer que estamos à disposição do seu gabinete, e convidamos todos os presentes, através das suas entidades, para nos visitarem. O nosso endereço vai ficar no gabinete. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, o Sr. Amílcar Menezes.

O SR. AMÍLCAR MENEZES - Boa-tarde a todos.

Ao chegar aqui, estava conversando com o Dr. Anton Huber, quando o nosso Deputado Wilson Santos chegou e “puxou a minha orelha”, dizendo que eu estava sumido do seu gabinete. Mas devo lhe dizer que isso não é verdade. Eu tenho estado em seu gabinete, os seus assessores são prova disso, o Senhor é que não tem estado. E eu agora sei onde o Deputado tem estado, ele tem estado à cata de excelentes idéias como essa. Eu não tinha idéia do que se ia discutir hoje aqui, fui convidado pelo “Pardal” e quero lhe dizer que o Senhor leva nota 10, assim como eu dou nota 10 para o nosso Senador, que sabemos são adversários políticos, e mesmo assim ele veio aqui e se empenhou em dizer que o projeto também agora é dele. Os grandes projetos são os que não têm dono, e o Senhor solta esse balão no ar, balão ecológico, é claro! - senão vão me podar por causa do balão. E o Senhor leva nota 10, porque já cooptou o Senador para a sua batalha. Eu acho que não há ninguém aqui que não possa assinar embaixo desse Projeto que deve ganhar fórum nacional. Devemos inclusive instar o Deputado para que coloque a sua idéia nas grandes redes de televisão para que isso se discuta do Oiapoque ao Chuí, Deputado.

Então, saiba que tenho estado em seu gabinete e agora o Senhor está desculpado por não estar lá, porque anda caçando as suas idéias por aí. Parabéns!

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA SESSÃO ESPECIAL PARA REALIZAR SEMINÁRIO PARA DISCUTIR O PROGRAMA DE RESERVA PARA CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA DA SECURITIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 1998, ÀS 15:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE - Obrigado (PALMAS). Consulto ao plenário se alguém mais gostaria de usar a palavra antes que fizéssemos o encerramento.

Quero convidar para compor a Mesa conosco, o Senador Benedito Canellas, que já foi Deputado Estadual também nesta Casa, foi Deputado Federal por Mato Grosso, Senador durante oito anos.

Com a palavra, a Sr^a Ana Brígida.

A SR^a ANA BRÍGIDA - O meu nome é Ana Brígida, e atualmente faço doutorado na Universidade de São Paulo, mas nesses últimos quatro anos eu estive na Fundação Estadual do Meio Ambiente, primeiro como Coordenadora de Pesquisa e Planejamento e nos últimos dois anos e meio como Diretora Técnica.

Deputado, realmente estou agradecida pela proposta, acho que veio em boa hora e nunca é tarde para se apresentar esse tipo de proposta, e tão brilhante idéia.

Uma das maiores preocupações que nós tínhamos na FEMA, falo preocupação porque realmente não conseguimos definir pelo menos um mecanismo que pudesse atender, ou que pudesse, o mais rápido possível, remediar determinadas situações no Estado. Então, é preocupante a situação dessa região de divisores das grandes bacias, porque é uma região ocupada pelo soja, e uma região de cerrado. Porque sabemos que o cerrado está indo embora. E também em função - eu não vou fazer um discurso da situação ambiental do Estado, porque é muita coisa para se falar e precisaria de muito tempo e é bom observar que as pessoas estão conscientes. Hoje, a gente vê nessas reuniões coisas que não aconteciam há dois, três anos atrás, está todo mundo falando em meio ambiente, está todo mundo preocupado. Então, há um processo muito grande no Estado de conscientização. A mídia, eu acho que está sendo muito bem utilizada, está levando isso para adiante, e está fazendo com que haja uma movimentação generalizada, para que essas coisas aconteçam, que essas idéias venham e que a gente possa trabalhar.

Então, em função desse conhecimento que eu tenho do Estado, desses quatro anos que pude vivenciar na FEMA, eu optei por uma área, eu trabalho mais com conservação, sou geóloga e trabalhei recentemente pelo PNUD com Unidade de Conservação. No entanto, a minha área de tese, de pesquisa é uma das áreas mais degradadas do Estado, que é a Região do Alto Araguaia e do Alto Taquari, uma área muito importante, porque ela é divisor da Bacia do Alto Araguaia e do Alto Taquari, é um limite dos três Estados, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás. E hoje está sofrendo um processo de degradação violento.

Eu vim aqui hoje justamente atrás disso, porque nós temos muitos instrumentos definidos por lei e nós esbarramos justamente nesse tipo de mecanismo, como é que nós vamos trabalhar com o pequeno, com o grande, com o médio agricultor, que tipo de incentivo nós vamos levar a ele, para que ele se interesse em recuperar uma determinada área, já que ele está tão oprimido com mil problemas na safra, em mil coisas, como é que ele vai investir? Sendo que a lei é muito clara e determina que deve recuperar a terra quem é proprietário da terra, e não o Estado, não a União investir recursos para recuperação daquela área.

Então, eu acho que esse é um instrumento oportuno, e é uma coisa em que eu particularmente vou estar investindo, porque é muito importante para o meu trabalho. Eu discuto a municipalização da gestão ambiental, porque eu acho que é nos municípios que as coisas acontecem, e é por lá que nós vamos fazer as coisas acontecer.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA SESSÃO ESPECIAL PARA REALIZAR SEMINÁRIO PARA DISCUTIR O PROGRAMA DE RESERVA PARA CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA DA SECURITIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 1998, ÀS 15:00 HORAS.

Discordo do Técnico da TECNOMAPAS, quando ele propõe que seja feita a transferência das terras para o Estado. Eu acho que não, pois cada vez mais as pessoas devem assumir essa recuperação, devem assumir esse tipo de trabalho. O Estado está, em nível federal, em nível estadual, criando unidades de conservação com extrema dificuldade. Cria-se unidade de conservação sem ter condições de comprar terras - definitivamente, é isso!

Então, eu acho que tem que ser deixado para o proprietário com esse tipo de incentivo, ele é o dono, ele vai estar lá, ele vai estar olhando, porque outro problema no qual a gente esbarra é justamente na fiscalização desse tipo de trabalho. Define-se os mecanismos, as leis estão aí, são muito boas! Eu acho que o Brasil não peca por lei, eu acho que tem lei até demais, que tem lei que não se consegue nem acompanhar. A questão é como aplicar essas leis e como fiscalizar.

Em meu trabalho, eu vou estar discutindo a municipalização das políticas ambientais em nível de município, como é que essas coisas podem chegar no proprietário, advindo daí a recuperação e a conservação das áreas. A partir disso é que se discute o desenvolvimento sustentável.

Há um ano atrás, eu estive num Congresso na Colômbia, onde a América Latina toda discutia sobre a conservação, e um dos assuntos discutidos justamente foi o ICMS ecológico, esse trabalho de incentivos. E nós visitamos um Parque na Colômbia que é praticamente sustentado pelos cafeicultores. Eles assumiram aquele Parque, parte dos impostos é transferida para a implantação daquela área, que se tornou uma das áreas mais conservadas na Colômbia.

Esta é uma forma muito interessante de se trabalhar a conservação do Estado e de se discutir o desenvolvimento, pois uma coisa que foi colocada é que nenhuma atividade é proibida, mas as atividades têm que ser desenvolvidas de forma adequada, até para que não venham prejudicar a produção, porque o que se observa é que esse processo de erosão violento nessas áreas está prejudicando a produção.

Eu sugiro que se aprofunde um pouco mais esse assunto aqui no Estado, para que possa ser levado para o âmbito nacional, porque eu acho que tem que ser levado, pois é muito importante e oportuno, mas que seja aprofundado, porque há muitas coisas ainda a serem discutidas, inclusive quais os instrumentos técnicos que vão subsidiar isso. O Estado está com um zoneamento, quem vai definir o que é área acessível para a agricultura, por exemplo, quais são essas áreas, onde vão ser colocados os incentivos. Então, acho que a gente poderia aprofundar - eu falo a gente, porque eu gostaria de estar em determinados momentos participando - aprofundar isso, e o mais rápido possível, pois essas coisas não podem ficar na gaveta e levar anos e anos em discussões.

Deveria haver um momento intensivo de discussões e imediatamente ser encaminhado, para que possamos ter um retorno rápido e conseguir aplicar a lei ou seja lá o que for e aplicar isso, para que a gente possa ter um retorno, porque não dá para esperar mais, Deputado.

A situação é muito grave em determinadas regiões, é urgente que esse tipo de coisa aconteça e nada melhor do que acontecer aqui neste Estado, porque eu acho que é um Estado chamado fronteira agrícola e que é muito citado em bibliografias internacionais. Isso é muito complicado! É lógico, o mundo inteiro está de olho, dizendo: "Olha, vamos jogar mais recursos internacionais". Estão aí o PRODEAGRO, o BID, tudo, por quê? Porque o Estado tem uma riqueza incrível, o mundo inteiro está olhando para cá por causa da riqueza dos nossos

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL PARA REALIZAR SEMINÁRIO PARA DISCUTIR O PROGRAMA DE
RESERVA PARA CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA DA
SECURITIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 1998, ÀS 15:00 HORAS.

ecossistemas, mas extremamente preocupado pela intensidade e pela velocidade da degradação. Muito obrigada (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE - Eu quero registrar a presença do Sr. Aser Louzada, Liderança dos Pescadores do Estado; Edmar Valentin, Presidente do Residencial Dr. Luiz Guimarães.

Quero dizer, Dr^a Ana Brígida, da admiração nossa pelo seu trabalho. A senhora foi muito feliz quando colocou a importância da rapidez das coisas; no Brasil as coisas acontecem, mas depois joga-se para cima, tudo acaba e fica nisso mesmo.

Então, eu gostaria de sugerir que, na próxima semana, nós façamos uma reunião executiva de trabalho com todos que participaram aqui: a OCEMAT, a FAMATO com seus representantes; o Rubimar; a senhora Dr^a Ana Brígida; o Amílcar; o Abel; o Sr. Anton Huber; o Edberto, todos que têm interesse, para que, com a Ata desta Sessão em mãos, possamos pormenorizar as idéias que foram expostas aqui, elaborando um roteiro de trabalho, inclusive para os próximos seminários. Colocar datas, colocar período para que a coisa aconteça em nível de Mato Grosso, estabelecer data, dia e hora para irmos a Brasília levar esse documento pronto. Quem sabe depois será possível colocar, via *Internet*, para colher sugestões do mundo inteiro e, até mesmo, visitar outros estados. Eu acho que isso é fundamental!

Então, nós vamos dar seqüência nesta Audiência Pública. Geralmente, eu gosto de fazer as coisas pelo começo, vou para o meio, e chegamos até o final, e tudo tem que ter uma resposta, porque senão vai-se construindo uma série de descréditos sobre a sua pessoa.

Eu lamento a ausência dos colegas Deputados, mesmo porque todos foram convocados, vários se prontificaram a comparecer, vários se dispuseram a estar aqui... Depois reclamam quando os produtores não apóiam os candidatos à reeleição! Também os Deputados têm que se comprometer com o setor ambiental, com o setor agrícola, com o setor da produção. Eu acho que toda estrada tem que ser de mão dupla, vai e vem. Então, eu lamento a ausência de todos os colegas, exceto a Deputada Serys Shlessarenko que aqui compareceu. Os outros todos foram convidados antecipadamente, há quase 30 dias, inclusive esta semana nós reiteramos o convite no plenário aos colegas, mas é um tema que, não sei, eleitoralmente, parece que não sensibiliza muito. Mesmo assim nós vamos convidá-los para que na próxima semana, sem falta, possamos nos reunir para trabalhar, analisar a Ata, coletar todas as sugestões apresentadas, formar uma comissão de trabalho para que juntos, em nosso gabinete, as entidades que participaram aqui, os interessados, possamos formar uma comissão para encaminhar essa questão com muita seriedade.

Vamos, também, cobrar do Senador Júlio Campos, que compareceu aqui, para que nos ajude no Senado Federal, pois como ele disse muito bem: “isso aqui é uma causa que não tem partido nenhum”.

Aqui nós temos agricultores do PMDB, do PFL, do PSDB, do PT, sem partido, sem política, sem nada! É uma causa que eu acho extremamente séria, e o que a Senhora colocou é importante, porque eu já vi muita coisa começar e uma semana depois já desapareceu, sumiu, acabou. Por favor, os Senhores nos cobrem, também, a continuidade disso aqui.

Continua aberta a palavra.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL PARA REALIZAR SEMINÁRIO PARA DISCUTIR O PROGRAMA DE
RESERVA PARA CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA DA
SECURITIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 1998, ÀS 15:00 HORAS.

O Sr. Abel José do Nascimento - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer a leitura de um documento do COMDEMA.

O SR. PRESIDENTE - Fique à vontade!

O SR. ABEL JOSÉ DO NASCIMENTO - “Cuiabá, 30 de abril de 1998.

À ADERCO

Louvando os trabalhos da ADERCO, solicitamos que, após esta Audiência Pública, a entidade encaminhe o projeto ao COMDEMA, Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, para apreciação e deliberação quanto a sua adequação às Diretrizes do Município para defesa dos recursos e ecossistema natural do Rio Coxipó, em virtude do citado rio ser considerado “Unidade de Manejo Sustentável” qualificado de interesse local como “Rio Cênico”; considerando também a Estação para captação e tratamento dos dejetos do Bairro Tijucal e adjacências um dos fatores degradantes deste afluente do Rio Cuiabá, que será eliminado pelo município em benefício da coletividade.

Aser Louzada da Cruz - Conselheiro do COMDEMA - Representante de Entidade Sindical de Trabalhadores - Relator da Câmara Setorial sobre o Rio Cuiabá”.

O SR. PRESIDENTE - Dou por recebido o documento.

Consulto a Mesa se há mais algum membro que gostaria de fazer as considerações finais antes do encerramento da Sessão.

Sr. Aser Louzada, por favor.

Então, após a fala do Sr. Aser, nós faremos o encerramento da Sessão.

Com a palavra, o Sr. Aser Louzada.

O SR. ASER LOUZADA - Boa-tarde a todos os componentes da Mesa e aos Senhores assistentes.

Como representante do Sindicato dos Pescadores e membro do COMDEMA, nós queremos trazer a esta reunião uma denúncia, porque hoje a nossa Legislação prevê para contribuição com o Poder público, os Conselhos. E estes Conselhos, quando instituídos, eles realmente, através dos representantes das entidades organizadas, oferecem as suas contribuições para o Poder público. E, no âmbito da agricultura, nós temos a pesca artesanal que é um dos grandes problemas aqui para o Estado de Mato Grosso, para o desenvolvimento e para a subsistência dos pescadores, porque o Poder público deste Estado não vê a pesca artesanal como um segmento produtor de alimento, mas um segmento degradador do meio ambiente.

Ora, Senhores, o IBAMA tem diretrizes que oferece aos pescadores condições de uma pesca sustentável, dele capturar os peixes sob medida. Mas essas diretrizes não são observadas pelo Estado, gerando o conflito em detrimento dos profissionais da pesca.

O Estado, esta Casa, a Assembléia Legislativa, criou em sua Constituição, no Artigo 10, das Disposições Constitucionais Transitórias, o Conselho Estadual da Pesca para definir a política pesqueira no Estado. No entanto, ele foi criado uma vez, e em seguida foi vetado pelo Governo. E este Governo sequer tratou desta intenção, e está editando medidas referentes à pesca, através de outro órgão que, no nosso entendimento, é totalmente inconstitucional, quando a Constituição prevê um órgão para definir as diretrizes da pesca e esse órgão é colocado à margem e o outro começa a definir.

Então, nós gostaríamos de fazer esse apelo para que esta parte da sociedade olhasse a pesca, olhasse a atividade dos pescadores artesanais, não como degradante, não como uma atividade que promove a degradação do meio ambiente, mas um ato que tem por

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA SESSÃO ESPECIAL PARA REALIZAR SEMINÁRIO PARA DISCUTIR O PROGRAMA DE RESERVA PARA CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA DA SECURITIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 1998, ÀS 15:00 HORAS.

finalidade a produção de alimento. Com esse manancial de água que o Estado tem, a técnica de reprodução de alevinos não seria muito mais salutar para o Poder Público fomentar a reprodução artificial dos rios? Os próprios rios, devido à degradação, produzida pelo esgoto.. Isso é uma atribuição, uma obrigação do próprio Poder Público resolver! Não deixam a reprodução natural resolver! Quando nós vemos aquela agressão total na Baía de Siá Mariana, que é o maior criador natural dos peixes do nosso Pantanal, é inexplicável que fique o Poder Público fomentando a tomada de varinha de peixe do cidadão que vai até ao rio pegar um bagre, uma jiripoca, um pacupeva para se alimentar, porque, muitas vezes, esse é o único alimento que ele terá na sua casa.

Então, fazemos um apelo para que V. Ex^{as}, principalmente para V. Ex^a, Deputado Wilson Santos, que é um membro combativo na Assembléia Legislativa, que tomem a iniciativa de regulamentar o Conselho Estadual da Pesca para definir a política pesqueira para o Estado de Mato Grosso. Porque, no Conselho Estadual da Pesca, vão se sentar todos os setores da coletividade, como: Poder Público, trabalhadores, agricultores, todos! E vamos fomentar uma política de produção pesqueira no Estado para podermos alimentar melhor nossos pobres, que estão formando um cinturão de miséria na nossa cidade. Este é um apelo que nós fazemos a todos os homens bem intencionados do nosso Estado, porque a pesca também é agricultura, é produção de alimento. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE - Ao encerrar esta Sessão Especial, eu quero agradecer a presença de todos, pois eu sei que em véspera de feriado nacional e internacional não foi fácil para os companheiros se deslocarem até aqui.

Eu quero agradecer a presença do Senador Júlio Campos, inclusive anotamos aqui as suas sugestões e observações, especialmente o seu compromisso em assumir essa defesa no Senado Federal, no Congresso Nacional; do Sr. Edson Ricardo, representando a FAMATO, a satisfação em ver essa idéia como instrumento que possa viabilizar a securitização, que é algo que não está muito bem firme.

Muito obrigado aos companheiros Abel Nascimento, José Carlos Pardal pela assessoria, pelo acompanhamento, pelo apoio dessa idéia; ao Senhor Anton Huber, Presidente da OCEMAT; ao Edberto Nascimento, que representou aqui o Dr. Jacob, Superintendente do IBAMA neste Estado; ao Engenheiro Agrônomo, Rubimar, que fez três observações - eu consegui anotar duas, depois vou pegar a outra; ao Sr. Amílcar Menezes, apaixonado por boas idéias; a Dr.^a Ana Brígida, que tem uma experiência como ex-Diretora Técnica da FEMA e, agora, atuando com empresa privada de consultoria. Eu não tenho dúvidas de que suas idéias são importantes.

Agradecemos a participação do Sr. Aser, um velho batalhador, um combatente em defesa dos trabalhadores da pesca do Rio Cuiabá, do Coxipó, do Pantanal, do Mato Grosso.

Pode ter certeza, Aser, que vou assumir esse compromisso com você e com os pescadores. Nós vamos discutir com a categoria a regulamentação do Conselho Estadual de Pesca, definindo uma Política Estadual de Pesca.

Essa é uma questão muito controversa. Eu vejo apreensões humilhantes, desnecessárias, e, ao mesmo tempo, nós sabemos de saídas de toneladas de pescados através de grupos bem organizados, grupos com a finalidade mercantilista especificamente.

A FEMA já avançou muito, já há uma regulamentação razoável, mas eu penso que é cotidiano isso, é o dia-a-dia, todo dia há uma evolução. Pode ter certeza que estou

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA SESSÃO ESPECIAL PARA REALIZAR SEMINÁRIO PARA DISCUTIR O PROGRAMA DE RESERVA PARA CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA DA SECURITIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 1998, ÀS 15:00 HORAS.

assumindo essa briga. Nós vamos comprar, porque já conseguimos regulamentar outros conselhos. O Conselho Estadual dos Idosos foi o nosso Gabinete, a nossa Assessoria que conseguiu regulamentar.

Nós também trabalhamos junto com a Deputada Serys no Conselho Estadual da Habitação e esse Conselho Estadual da Pesca, pode ter certeza, nós vamos comprar essa briga e vamos encaminhá-la.

No mais, gostaria de dizer a todos que não é pelo fato de Mato Grosso ser um Estado de densidade demográfica pequena, não é pelo fato de Mato Grosso ser um Estado periférico na Economia Nacional, não é pelo fato de Mato Grosso ser um Estado pouco significativo no aspecto Político Nacional, que nós não teríamos a ousadia, a audácia de propor, em âmbito nacional, alguma coisa que, sinceramente convencido, poderá ser útil.

Grandes idéias, grandes políticas públicas iniciaram em pequenos ambientes, de maneira tímida também. O que não podemos fazer é “soltar esse balão” e desaparecer. Nós temos é que definir um calendário de atividades, dar responsabilidades, cobrar responsabilidades e apresentar a todo Estado, ao Brasil, uma proposta interessante que, tenho certeza, vai ser apaixonante, vai-se transformar num caso de amor não só dos ambientalistas, como também dos agricultores, dos pecuaristas, dos extrativistas, até porque esses setores não podem viver eternamente de maneira antagônica, relacionando-se como adversários.

O ambiente está aí para ser explorado. O ambiente está aí para que possamos tirar dele o nosso sustento e as riquezas que nós possamos ter. Mas, nós temos que saber que esse ambiente, se não for explorado de maneira racional, se esgota, desaparece, e nós não temos o direito de achar que a praia de Santo Antônio, que o Parque Nacional de Chapada e a Cachoeira da Fumaça, pertencem só a nós, pois isso tudo pertence muito mais às futuras gerações que virão.

Não podemos, também, ficar acusando os países desenvolvidos que, no passado, em gerações anteriores, destruíram, praticamente, o seu meio ambiente. No entanto, agora, eles têm uma postura correta, e não adianta nós ficarmos presos ao passado não, mesmo porque foram gerações anteriores, e se erraram eles estão corrigindo agora. Eu acho que essa questão é fundamental.

Sou autor de um Projeto na Assembléia e eu não vou sair dessa Casa sem deixá-lo aprovado. Nós vamos compor com quem for necessário para aprová-lo. Eu chamo de ICMS Verde, ICMS Diferenciado. Eu não posso ignorar que municípios como Chapada dos Guimarães, Santo Antônio do Leverger, Barão de Melgaço, Poconé, dentre outros de Mato Grosso, possuem parte significativa do seu território áreas de preservação ambiental, reservas indígenas e áreas tidas como perdidas, sob o ponto de vista econômico, enquanto não há o ecoturismo, enquanto não há idéia nova, inteligente de ganho. Apresentei, aqui na Assembléia, um Projeto que cria o ICMS Diferenciado. O governo repassa a esses municípios um *delta* “x”, um acréscimo que teria um efeito compensatório para que eles não se sintam propensos em estimular a ocupação econômica com olarias, com fábricas, com assentamentos de indústrias, ou coisas parecidas. Não basta a legislação proibir: “está proibido nessa área de proteção ambiental, nesse parque”. Não basta proibir, proibiu muito bem, e aí? A necessidade vai forçá-lo a burlar a legislação.

Então, nós propusemos que esse ICMS, para esses municípios, possa ser acrescido de mais um ponto, que seria discutido e regulamentado pelo Governo, para que eles possam se sentir satisfeitos, recompensados por aquela “perda econômica” que essas áreas de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL PARA REALIZAR SEMINÁRIO PARA DISCUTIR O PROGRAMA DE
RESERVA PARA CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA DA
SECURITIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 1998, ÀS 15:00 HORAS.

preservação ambiental, ou área indígena, ou áreas de caráter semelhante exercem na legislação sobre esses municípios.

Para encerrar, eu agradeço muito a presença de todos. Como Deputado Estadual me sinto orgulhoso em recebê-los, aqui, na Assembléia, que é de fato a verdadeira Casa do Povo. O Parlamento é, dos três Poderes, o Poder mais aberto, mais próximo, que mais recebe críticas, mais vulnerável à fiscalização. Tem que ser assim! O Parlamento não pode se deixar abater por críticas, por coisas que possam, aparentemente, denegrir a sua imagem. Não! Democracia se resolve com mais democracia, se abrindo, sendo humilde, reconhecendo as falhas, avançando.

Eu lamento, porque eu acho que essa Mesa Diretora, essa Casa poderia ter avançado muito na relação com a sociedade organizada. Infelizmente, continua no mesmo *modus operandi*, continua o mesmo modelo tradicional, os Deputados achando que são intocáveis, achando que estão acima do Bem e do Mal e não é nada disso. O povo põe e o povo tira. O povo elege e o povo derrota. Então, o Parlamento tem que estar sempre atento e sintonizado com as mudanças do mundo.

O mundo globalizado é extremamente exigente, competitivo e excludente. Não há proposta para toda a sociedade. A proposta do neoliberalismo é uma proposta que exclui parcela significativa da sociedade e aquela que vai estar inserida nesse modelo econômico é exigido dela cada vez mais preparo, cada vez mais conhecimento, cada vez mais tecnologia.

Está aqui o Edson, que entende da questão pecuária, onde os velhos pecuaristas estão todos quebrados, falidos, vendendo fazendas a troco de bananinha, porque não se perceberam que a sociedade quer uma carne mais saudável e mais jovem.

A Europa abate reses de 13, 15 meses. O Uruguai e a Argentina têm um programa do novilho precoce extraordinário e nós ainda insistimos em abater gado com 48 meses, quando já se levou três, às vezes, quatro animais para o abate, nós ainda estamos esperando para abater o primeiro. São mudanças fortes.

Hoje, Mato Grosso exporta carne para a Europa, mas houve uma série de sabatina, de exigências fortes. E a FAMATO a OCEMAT e a Secretaria Estadual de Agricultura fizeram um trabalho de parceria extraordinário. O trabalho que o INDEA, em parceria com a FAMATO, faz é um trabalho que Estados brasileiros vêm constantemente conhecer, para combater a aftosa, bem como a parceria junto aos frigoríficos, que têm feito com que Mato Grosso, há quase três anos, não tenha mais nenhum foco de aftosa. Então, há um trabalho de parceria. O Poder Público não pode tudo. Nunca pôde, mas principalmente agora não pode e o nosso Parlamento tem que fazer esse papel de se abrir, criar idéias, estar aberto à idéia, melhorá-la, aprimorá-la, dar titularidade à idéia, a todos que trabalharem nela e, sem dúvida, ela pode ser extremamente útil para o Brasil que, na passagem para o próximo século, pode ter uma legislação atualizada, moderna, corajosa, que pode inspirar e motivar os produtores e ambientalistas a uma parceria muito mais harmônica, com resultados muito mais positivos para o País.

A todos que participaram, o nosso muito obrigado.

Convido todos a porem-se de pé, para que nós possamos ouvir o Hino do Estado de Mato Grosso.

(NESTE MOMENTO, É EXECUTADO O HINO DO ESTADO DE MATO GROSSO.)

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ESPECIAL PARA REALIZAR SEMINÁRIO PARA DISCUTIR O PROGRAMA DE
RESERVA PARA CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA DA
SECURITIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 1998, ÀS 15:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE - Queremos lembrar que no próximo dia 09 estaremos comemorando 250 anos de emancipação da Capitania de Mato Grosso, que foi criada em 09 de maio de 1748, pelo Rei D. João V, numa iniciativa da Coroa Portuguesa, para dar autonomia administrativa a este pedaço de Brasil, desmembrando-nos da Capitania de São Paulo.

Nesses 250 anos, sem dúvida, Mato Grosso produziu muito. Mas eu tenho certeza absoluta que os próximos 250 anos serão muito mais promissores para os nossos filhos, para os nossos netos, para os que hão de nascer nesta nossa terra. Muito obrigado a todos que participaram.

Declaro encerrada a presente Sessão (LEVANTA-SE A SESSÃO).

Revisada por Maria Aparecida V. Beretta